



MUNICÍPIO DA BATALHA
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA
(GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA)

Página 1 de 33

ATA N.º 14/2015

Aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na Vila da Batalha, reuniu, em sessão ordinária, a Câmara Municipal da Batalha, tendo estado presentes os Excelentíssimos Senhores:

Presidente: PAULO JORGE FRAZÃO BATISTA DOS SANTOS

Vice-Presidente: CARLOS ALBERTO OLIVEIRA HENRIQUES

Vereadores: CARLOS AGOSTINHO COSTA MONTEIRO

CÍNTIA MANUELA DA SILVA

CARLOS EMANUEL OLIVEIRA REPOLHO

NUNO RICARDO SILVA BARRACA

A reunião foi secretariada e a ata redigida por Helena Maria Paula Vicente, Secretária do G.A.P., designada para o efeito.

ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO

Pelo Senhor Presidente foi a reunião declarada aberta eram catorze horas e trinta minutos.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Informações Diversas:

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos, informando da necessidade de se efetuar uma reunião extraordinária para aprovação do projeto da versão final da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) da Batalha, acompanhado do Relatório Ambiental, bem como de alguns processos de regularização extraordinária, no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, e bem assim de outros assuntos que importa o Executivo se pronunciar com vista a posterior envio à Assembleia Municipal, nos termos legalmente previstos.

Foi acordado realizar a referida reunião no próximo dia 15 de junho (segunda-feira), pelas 14.30 horas, pelo que deverão ser efetuados os respetivos editais para conhecimento público.



Seguidamente, o **Senhor Presidente da Câmara Municipal** prestou as seguintes informações:

1.^a – Integrou a Delegação da CIMRL a Cabo Verde assinalando o trabalho intenso e muito compensador em termos de contacto com os países da CPLP. Graças à intervenção do Município da Batalha foi possível estender os efeitos do protocolo celebrado com a Ilha do Fogo à Ilha da Brava, nos termos do protocolo celebrado em 26/05/2015. _____

2.^a – Ultimámos a proposta do Acordo Coletivo de Empregador Público (ACEP) do Município da Batalha, que será assinado na próxima sexta-feira, às 14.30 horas, na Batalha, pelo Secretário de Estado da Administração Pública, Dr. José Leite Martins e pelo presidente da câmara municipal da Batalha, na qualidade de Empregador Público, e pela Associação Sindical (SINTAP). O ACEP aplica-se a todos os trabalhadores filiados na associação sindical subscritora que exerçam funções, em regime de contrato de trabalho em funções públicas, no empregador público outorgante e bem assim aos que venham a filiar-se na mencionada associação sindical durante o período de vigência do ACEP. _____

3.^a – No passado dia 4 de junho, pelas 15.30 horas, foi inaugurado, na Batalha, o projeto de base comunitária “Hortas da Vila”, dinamizado em parceria pelo Município e pela ADAE – Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura. Às 18.30 horas, procedeu-se à inauguração da XXV edição da FIABA – Feira de Artesanato e Gastronomia da Batalha, evento que decorreu de 4 a 7 de junho, com a presença de mais de 60 artesãos de todo o país e 17 tasquinhas, assinalando-se ainda a Mostra do Mundo Rural, com a participação de 10 produtores locais que apresentaram alguns dos produtos de excelência do Concelho da Batalha, tais como o Mel, o Azeite, o Vinho, a doçaria, entre outros. O evento teve uma grande adesão, realçando a oferta de registos diferentes a nível musical que agradou aos visitantes. _____

_____ Usou da palavra a **Senhora Vereadora Cíntia Manuela da Silva**, dando conhecimento de dois eventos que se realizam brevemente. Hoje, pelas 18.15 horas, no Auditório Municipal da Batalha, tem lugar uma sessão de apresentação da União de Exportadores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (UE-CPLP), como forma de aproximação ao tecido empresarial da região. Amanhã, terça-feira, às 10.30 horas, na Sala de Sessões da Câmara Municipal da Batalha, realizar-se-á a sessão de lançamento do projeto do Serviço “Teleassistência Domiciliária”. Outro evento cultural de grande relevância prende-se com o concerto - Gala Lírica, que terá lugar no dia 13 de junho, sábado, às 21h30, na Igreja do Mosteiro da Batalha, que contará com a participação do conceituado tenor



MUNICÍPIO DA BATALHA
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA
(GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA)

Página 3 de 33

Carlos Guilherme acompanhado pela soprano Isabel Alcobia. O concerto, integra o 33º Festival "Música em Leiria", regido pelo Maestro António Vassalo Lourenço e contará com 50 músicos da Orquestra Filarmonia das Beiras.

**

Aprovação de Atas:

Presente as Atas Nrs. 12/2015 e 13/2015 das reuniões realizadas em 11 de maio e 03 de junho de 2015, respetivamente, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída uma cópia a todos os membros do Executivo, tendo a Câmara Municipal, por unanimidade, aprovado a sua redação final.

**

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente anunciou que se iria passar à discussão dos assuntos constantes da seguinte Ordem de Trabalho:

Processos de Obras Municipais

Diversos

**

PROC. OBRAS MUNICIPAIS

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0287/D.O.M. (SOAA)

Relação de Processos de Empreitadas/Fornecimentos (despachados proferidos ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos despachos exarados pelo Senhor Presidente, em processos conduzidos na Divisão de Obras Municipais, no período compreendido entre 19 a 30 de maio de 2015 (ref. 037 a 043), cuja relação fica a fazer parte integrante desta deliberação, arquivada na pasta dos documentos presentes em reunião de Câmara.

**

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0288/D.O.M. (SOAA)

Manutenção e Reparação de Infraestruturas Desportivas - Recuperação de Três Campos de Ténis e de um Campo de Bate Bolas na Batalha


Proc. n.º 12/08 - Ref.ª n.º 83/2015

Auto de Receção Definitiva

MGD n.º 83 de 10/04/2015



MUNICÍPIO DA BATALHA
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA
(GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA)


Página 4 de 33

_____ Presente o Auto de Receção Definitiva supracitado, datado de 23 de abril de 2015, no qual é adjudicatário Lenaprédio, Lda., representado por Jorge Fialho Faustino, na qualidade de Administrador de Insolvência, onde se informa que a obra não apresenta deficiências, tendo-se verificado que os trabalhos estão em condições de serem recebidos definitivamente e encontram-se executados de harmonia com as regras técnicas e arte aplicáveis e com observância do que estabelecem o projeto, o caderno de encargos, o contrato e as alterações acordadas posteriormente. _____

_____ A Câmara Municipal apreciou e deliberou, por unanimidade, receber definitivamente a obra em causa. _____

_____ ** _____

_____ DIVERSOS

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0289/D.A.G. (SEGA) _____

REQ: Márcio Filipe Pereira Moura _____

Realização do "Extreme Festival" - Pedido de autorização para ocupação da via pública _____

MGD n.º 1794 de 01/06/2015 _____

_____ Presente requerimento registado no MGD sob o n.º 1794 em 01/06/2015 de Márcio Filipe Pereira Moura, residente na Rua Casalinho, São José, n.º 5, em Jardoeira, Batalha, a solicitar autorização para ocupação da via pública para realização do "Extreme Festival", que se traduz basicamente numa exibição de carros, nos dias 28, 29 e 30 de agosto de 2015, sita em Jardoeira, Batalha, com o seguinte horário: _____

- 28 de agosto - das 18h às 02h; _____

- 29 e 30 de agosto - das 10h às 02h. _____

_____ A Câmara Municipal apreciou e deliberou, por unanimidade, aprovar a realização do evento condicionado ao cumprimento das condições de segurança que decorrem da lei, designadamente, o disposto no Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, e mediante o pagamento das taxas que forem devidas. _____

_____ ** _____

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0290/D.A.G. (SEGA) _____

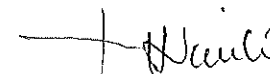
REQ: Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Batalha _____

Pedido de emissão de licença especial de ruído, licença para recintos improvisados e autorização prévia para lançamento de fogo-de-artifício _____

MGD n.º 1818 de 03/06/2015 _____



MUNICÍPIO DA BATALHA
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA
(GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA)


Página 5 de 33

_____ Presente requerimento registado no MGD sob o n.º 1818 em 03/06/2015 da Fabrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Batalha, representada pelo Sr. Padre José Ferreira Gonçalves, a solicitar autorização para a emissão de licença especial de ruído, licença para recintos improvisados e autorização prévia para lançamento de fogo-de-artifício, para realização das Festas em Honra de S. João Batista, nos dias 20, 21 e 22 de junho, que se realizarão na Quinta do Sobrado, Batalha, no horário compreendido entre as 21h e as 02h. Mais solicitam o pedido de isenção do pagamento das respetivas taxas. _____

_____ Mais se informa que o pedido de isenção tem enquadramento na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais. O valor total da taxa devida pela emissão das licenças solicitadas é de 104,64€ (61,17€ + 43,47€) atento o exposto no n.º 1 e 2 do art.º 49.º da Tabela de Taxas constante do referido Regulamento. _____

_____ A Câmara Municipal apreciou e deliberou, por unanimidade, autorizar a isenção do pagamento da taxa devida pela emissão da licença especial de ruído e licença para recintos improvisados, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais. Refira-se que o custo que a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Batalha teria de suportar pela emissão das referidas licenças seria de 104,64€, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49.º da Tabela de Taxas constante do predito Regulamento. _____

_____ ** _____

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0291/D.A.G. (SEGA) _____

REQ: Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Mamede _____

Pedido de emissão de licença especial de ruído e licença para recintos improvisados _____

MGD n.º 1761 de 28/05/2015 _____

_____ Presente requerimento registado no MGD sob o n.º 1761 em 28/05/2015 da Fabrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Mamede, representada pelo Sr. João Carlos Ramo Leite Rodrigues, a solicitar autorização para a emissão de licença especial de ruído e licença para recintos improvisados, para realização das Festas em Honra de Santo António, nos dias 6 e 7 de junho, que se realizarão no Largo da Igreja, em São Mamede, no horário compreendido entre as 20h e as 02h. Mais solicitam o pedido de isenção do pagamento das respetivas taxas. _____

_____ Mais se informa que o pedido de isenção tem enquadramento na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais. O valor total da



MUNICÍPIO DA BATALHA
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA
(GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA)

Página 6 de 33

taxa devida pela emissão das licenças solicitadas é de 69,76€ (40,78€ + 28,98€) atento o exposto no n.º 1 e 2 do art.º 49.º da Tabela de Taxas constante do referido Regulamento. —

— A Câmara Municipal apreciou e deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor vice-presidente, Carlos Alberto Oliveira Henriques, proferido em 28/05/2015, dada a urgência na tomada de decisão pela proximidade do evento, e em virtude da impossibilidade de reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o qual autorizou a isenção do pagamento da taxa devida pela emissão da licença especial de ruído e licença para recintos improvisados, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais. Refira-se que o custo que a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Mamede teria de suportar pela emissão das referidas licenças seria de 69,76€, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49.º da Tabela de Taxas constante do predito Regulamento. —

— ** —

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0292/D.A.G. (SEGA) —

REQ: Manuel Pereira da Silva —

Pedido de cancelamento do cartão de feirante —

MGD n.º 1764 de 28/05/2015 —

— Presente requerimento registado no MGD sob o n.º 1764 em 28/05/2015 de Manuel Pereira da Silva, residente na Estrada de Minde, n.º 696, Lameira, São Mamede, a solicitar o cancelamento do cartão de feirante n.º 86 que lhe permite vender no mercado que se realiza na Vila da Batalha, à segunda-feira. —

— Mais se informa que o Requerente foi notificado por ofício n.º DAG-696 de 08/05/2015 de que estão por liquidar vários meses sem ter apresentado qualquer justificação, tendo sido concedido o prazo de 10 dias para regularizar a situação, sob pena de perder o direito à ocupação do lugar no mercado municipal da Batalha, nos termos do disposto na alínea c) do artigo 10.º do Regulamento de Venda em Mercados e Feiras Municipais do Município da Batalha. —

— A Câmara Municipal apreciou e deliberou, por unanimidade, autorizar o cancelamento do cartão de feirante do Sr. Manuel Pereira da Silva, com efeitos à data de entrega do mesmo (27/05/2015), devendo o Requerente ser notificado para proceder ao pagamento dos valores pendentes em dívida, no valor total de 136,15€, no prazo de 10 dias



úteis, a contar da notificação para pagamento, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 13.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, conjugado com o preceituado no n.º 4 do artigo 8.º do Regulamento de Venda em Mercados e Feiras Municipais, em vigor no Município da Batalha.

**

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0293/G.A.P. / D.A.G. (SOC)

Ratificação da Adenda n.º 1 ao Contrato-Programa no domínio da Educação, celebrado entre o Município da Batalha e a Iserbatalha, E.M. em 04/03/2015, na sequência do Visto do Tribunal de Contas

MGD n.º 73 de 13/05/2015

Presente proposta n.º 43/2015/G.A.P. emitida pelo senhor presidente da câmara municipal, Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos, que se transcreve:

«CONSIDERANDO QUE,

Por ofício n.º com a ref.ª DECOP/UAT.2 / 2442/2015 de 26/05/2015 (registado no MGD sob o n.º 3556 em 28/05/2015) de 28/05/2015, foi a Câmara Municipal da Batalha informada que foi Visado pelo Tribunal de Contas o Contrato-programa n.º 01/2015/GAP outorgado em 04/03/2015 entre o Município da Batalha e a empresa local Iserbatalha, E.M., ao qual foi atribuído o processo n.º 542/2015;

Este Visto foi concedido na sequência dos esclarecimentos prestados pelo Município da Batalha ao douto Tribunal de Contas (TC) através do ofício n.º GAP-117 de 11/05/2015, no qual, no seu ponto 4 informou acerca da existência de uma divergência entre o montante por aluno previsto na cláusula 24ª do contrato-Programa (160,00€) celebrado entre o Município da Batalha e a Iserbatalha, E.M., e o montante (150,00€) referenciado na cláusula 4ª do contrato celebrado entre o Município da Batalha e o Ministério da Educação e Ciência, através da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEsTE), devendo prevalecer este último;

Nessa resposta a Câmara Municipal informou ainda o douto Tribunal de Contas de que esta correção não iria alterar o valor global do contrato-programa, nem resultaria em encargos adicionais para o Município, mantendo-se o valor global do contrato-programa celebrado em 04/03/2015;

Por deliberação n.º 2015/0254/G.A.P. /D.A.G. (SOC) de 11 de maio de 2015, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a realização de uma adenda ao



MUNICÍPIO DA BATALHA
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA
(GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA)

Página 8 de 33

contrato-programa n.º 01/2015/GAP por forma a alterar a cláusula 24.ª no que diz respeito ao montante de comparticipação financeira por aluno inscrito e a frequentar as Atividades Extra Curriculares (AEC's), mandatando o presidente da câmara municipal, Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos, para outorgar o predito documento;_____

_____ Tenho a honra de propor que, no quadro das competências estabelecidas na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º e alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere: _____

- 1) Ratificar a Adenda n.º 1 ao Contrato-Programa no domínio da Educação, celebrada em 01/06/2015 entre o Município da Batalha e a Iserbatalha, E.M. (Cont-Prog. - Outros n.º 07/2015/GAP), e elaborada na sequência do Visto do Tribunal de Contas; _____
- 2) Submeter a ratificação da Assembleia Municipal a Adenda n.º 1 ao Contrato-Programa no domínio da Educação, celebrada em 01/06/2015 entre o Município da Batalha e a Iserbatalha, E.M., nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 47.º e 50.º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação (lei que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais), conjugado com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.» _____

_____ A Câmara Municipal apreciou e, tendo por base os fundamentos supra aduzidos, deliberou, por unanimidade: _____

- a)-Ratificar a Adenda n.º 1 ao Contrato-Programa no domínio da Educação, celebrada em 01/06/2015 entre o Município da Batalha e a Iserbatalha, E.M. (Cont-Prog. - Outros n.º 07/2015/GAP), e elaborada na sequência do Visto do Tribunal de Contas; _____
- b)-Submeter a ratificação da Assembleia Municipal a Adenda n.º 1 ao Contrato-Programa no domínio da Educação, celebrada em 01/06/2015 entre o Município da Batalha e a Iserbatalha, E.M., nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 47.º e 50.º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação (lei que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais), conjugado com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.» _____

_____*_*_____

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0294/G.A.P. _____

Atribuição de Medalhas de Mérito Municipal _____

MGD n.º 84 de 08/06/2015 _____



MUNICÍPIO DA BATALHA
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA
(GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA)

[Handwritten signature]

Página 9 de 33

_____ Presente proposta n.º 44/2015/G.A.P. emitida em 05/06/2015 pelo Senhor Presidente da Câmara, Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos, que se transcreve:_____

_____ “Considerando que o Regulamento de Atribuição de Medalhas de Mérito Municipal, prevê «distinguir as pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras que se notabilizam pelos seus méritos pessoais ou feitos cívicos, com claros e inequívocos benefícios para o Município da Batalha e as suas gentes»;_____

_____ Considerando ser de justa prestar homenagem concreta, definida e plausível, a todos aqueles que, pelos seus feitos e atividade, se têm revelado merecedores de tal atenção e do reconhecimento por parte do município;_____

_____ PROPÕE-SE:_____

_____ A atribuição de Medalhas de Mérito Municipal (artigo 6.º capítulo IV do Regulamento de Atribuição de medalhas de Mérito Municipais) e Medalhas de Mérito Desportivo (artigo 8.º, capítulo VI do Regulamento), às entidades e personalidades constantes da lista anexa;_____

_____ A atribuição de Medalhas de Assiduidade e Bons Serviços (artigo 7.º capítulo V do Regulamento de Atribuição de Medalhas de Mérito Municipais) aos funcionários que deixaram os serviços por aposentação;_____

_____ A entrega das referidas Medalhas na sessão Solene do dia 14 de Agosto, Dia do Município.” _____

_____ A Câmara Municipal apreciou e deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição das Medalhas Municipais às seguintes entidades e personalidades, nos termos do disposto nos artigos 3.º, 6.º, 8.º e 7.º do Regulamento de Atribuição de Medalhas de Mérito Municipal, tendo por base os considerandos apresentados pelo Senhor Presidente da Câmara, cuja cópia fica a fazer parte integrante desta deliberação, arquivados na pasta dos documentos presentes em reunião de Câmara:_____

Medalha de Mérito Municipal (Grau Prata): _____

- Isabel Damasceno Vieira de Campos Costa; _____

- Cláudio Pereira da Silva; _____

- Sargento-Ajudante da GNR – Rui Manuel dos Santos Teixeira; _____

- António da Silva Jordão _____

Medalha de Cultura e Mérito Desportivo (Grau Prata): _____

- Associação Portuguesa de Deficientes – Delegação Distrital de Leiria; _____



- Bruno Gaspar; _____

Medalha de Assiduidade e Bons Serviços (Grau Ouro): _____

- José das Neves Louro; _____

Medalha de Assiduidade e Bons Serviços (Grau Prata): _____

- Raimundo Bento Silva Coelho; _____

- Fernanda de Jesus Matias Soares; _____

Medalha de Assiduidade e Bons Serviços (Grau Cobre): _____

- Graciinda de Jesus Pereira. _____

_____ Mais deliberou, por unanimidade, remeter o assunto à Assembleia Municipal, para emissão de parecer, atento ao exposto no n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento de Atribuição de Medalhas de Mérito Municipal. _____

**

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0295/D.A.G. (SOC) _____

CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS - ANO 2014 - Grupo Autárquico composto pelo Município da Batalha e Iserbatalha, E.M. _____

MGD n.º 85 de 08/05/2015 _____

_____ Presente proposta n.º 45/2015/G.A.P. emitida em 05/06/2015 pelo Senhor Presidente da Câmara, Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos, que se transcreve: _____

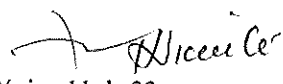
_____ «Considerando que, _____

_____ Nos termos da alínea i) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das Autarquias Locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de Prestação de Contas Consolidados e submete-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal; _____

_____ Nos termos do n.º 2 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro que estabelece o regime financeiro das Autarquias Locais e das entidades Intermunicipais, conjugado com o estatuído na alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os documentos de prestação de contas consolidados das autarquias locais, são apreciados e votados pelos seus órgãos deliberativos, reunidos em sessão ordinária durante o mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam. _____



MUNICÍPIO DA BATALHA
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA
(GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA)


Página 11 de 33

_____Tenho a honra de propor, ao abrigo das disposições legais anteriormente referidas, que o Executivo Municipal aprecie e delibere:_____

- 1) Aprovar os documentos de Prestação de Contas Consolidados do exercício de 2014, nos termos do disposto na alínea I) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
- 2) Submeter os preditos documentos a apreciação e votação da Assembleia Municipal, atento o exposto no n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com o estatuído na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º, ambos da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.»_____

_____Após prévios esclarecimentos prestados pelo senhor presidente da câmara, Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos, a Câmara Municipal apreciou e deliberou, por unanimidade, aprovar a Prestação de Contas Consolidadas do Grupo Autárquico composto pelo Município da Batalha e Iserbatalha, E.M., submetendo o documento a apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos legalmente previstos._____

_____ ** _____

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0296/G.A.P._____

Informação de avaliação e necessidades – protocolo de colaboração entre Município da Batalha e Santa Casa da Misericórdia da Batalha (n.º 12/2014)_____

MGD n.º 86 de 08/06/2015_____

_____Presente proposta n.º 46/2015/G.A.P. emitida em 05/06/2015 pelo Senhor Presidente da Câmara, Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos, que se transcreve:_____

_____«CONSIDERANDO QUE, _____

_____Em 29/08/2015 foi celebrado entre o Município da Batalha (MB) e a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Batalha (ISCMB) um protocolo de colaboração (n.º 12/2014) que tem por objeto a cedência de um técnico superior desta ao MB, com formação em serviço social, para o desenvolvimento de ações inerentes ao funcionamento do Gabinete de Inserção Profissional (GIP) e à realização de estudo para implementação de uma Academia Sénior no concelho da Batalha;_____

_____O predito protocolo vigorou de 01 de setembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014, tendo sido celebrada, em 06/01/2015, uma adenda que prorrogou o protocolo por mais seis meses, atendendo à necessidade de dar continuidade ao projeto, nos termos e fundamentos aduzidos na deliberação n.º 2015/0005/ D.A.G. (G.D.SOCIAL) tomada pelo



Handwritten signature

executivo na sua reunião de 05 de janeiro de 2015, e cujo término ocorrerá no próximo dia 30 de junho;—

—Atendendo aos escassos recursos humanos atuais do Município para satisfazer o incremento de atividades que se têm registado no GIP (Gabinete de Inserção profissional), o qual tem tido bons indicadores no apoio aos desempregados de longa duração;—

—Atendendo que a técnica superior Sofia Prior tem vindo a desempenhar funções de apoio ao Gabinete de Desenvolvimento Social, evidenciando conhecimento dos projetos existentes no Município e capacidade de exercer outras tarefas; possui postura ética e profissional para com os utentes do GIP e esforça-se por reconhecer as situações mais delicadas, encaminhando-as para os serviços competentes;—

—A técnica mantém também um bom relacionamento com os restantes colaboradores da estrutura do Município, como também com os técnicos do IEFP, com quem necessita de trabalhar diretamente, o que constitui uma mais-valia para o trabalho desenvolvido pelo GIP e Gabinete Social;—

—São razões por que, —

—Tenho a honra de propor que, no quadro das competências estabelecidas na alínea h) do n.º 2 do artigo 23.º e alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere: —

1) Prorrogar, por mais seis meses, os efeitos do protocolo outorgado entre o Município da Batalha e a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Batalha em 29/08/2014, cujo término ocorrerá no próximo dia 30 de junho, suportando o respetivo encargo mensal no valor de €1.700,00, estimando-se o valor total em € 10.200,00, com vista à continuidade da execução dos objetivos previstos no mesmo, designadamente o desenvolvimento de diversas atividades relacionadas com o funcionamento do GIP; —

2) Conceder plenos poderes ao presidente da câmara municipal, Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos ou ao vice-presidente, Carlos Alberto Oliveira Henriques, para a outorga da respetiva adenda (n.º 2) ao protocolo n.º 12/2014/GAP celebrado em 29/08/2014; —

—A Câmara Municipal apreciou e, tendo por base os fundamentos supra aduzidos, deliberou, por unanimidade: —

a)- Prorrogar, por mais seis meses, os efeitos do protocolo outorgado entre o Município da Batalha e a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Batalha em 29/08/2014, cujo



Nicele

términos ocorrerá no próximo dia 30 de junho, suportando o respetivo encargo mensal no valor de €1.700,00, estimando-se o valor total em € 10.200,00, com vista à continuidade da execução dos objetivos previstos no mesmo, designadamente o desenvolvimento de diversas atividades relacionadas com o funcionamento do GIP; _____

b)-Conceder plenos poderes ao presidente da câmara municipal, Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos ou ao vice-presidente, Carlos Alberto Oliveira Henriques, para a outorga da respetiva adenda (n.º 2) ao protocolo n.º 12/2014/GAP celebrado em 29/08/2014.» _____

_____ O senhor vereador em regime de permanência, Carlos Agostinho Costa Monteiro, esteve ausente aquando da discussão e votação desta deliberação. _____

_____ ** _____

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0297/D.A.G. (SOC) _____

Concurso Público para Aquisição de Serviços de Seguros _____

Proc. n.º 01/2015/DAG_CMB _____

MGD n.º 27 de 30/01/2015 _____

_____ Presente relatório de análise do júri do concurso supra identificado, elaborado em 03/06/2015, que se transcreve: _____

_____ «O Júri do procedimento, procedeu à análise e avaliação das propostas apresentadas, elaborou o relatório preliminar ao abrigo do artigo 146º do CCP, efetuou a audiência prévia sobre o relatório preliminar ao abrigo do artigo 147º conjugado com o nº 1 do artigo 123º do CCP, e elaborou o presente relatório final ao abrigo do artigo 148º do CCP, com a seguinte Fundamentação: _____

_____ De conformidade com o artigo 147º do CCP e nos termos do disposto no nº 1 do artigo 123º do mesmo diploma, foram os concorrentes notificados, no sentido de disporem de 5 (cinco) dias úteis, para se pronunciarem relativamente à ordenação das propostas de acordo com o constante no relatório preliminar. _____

_____ Findo o prazo determinado para efeitos de audiência prévia dos interessados, verifica-se que não há alteração aos pressupostos do relatório preliminar, porquanto não houve qualquer observação por parte dos restantes concorrentes, não se alterando o seu teor e as conclusões evidenciadas, pelo que o júri do procedimento deliberou propor a intenção de adjudicação ao concorrente, SABSEG - Mediação de Seguros, SA, pelo valor de 148.805,39€, assim distribuído e previsto: _____
2015 - 36.305,39€; _____



2016 - 50.000,00€; _____

2017 - 50.000,00€; _____

2018 - 12.500,00€ _____

_____ Considera-se igualmente que, atendendo ao fato do valor contratual ser inferior a 200.000,00€, e de acordo com o previsto na cláusula 19ª do Programa de Concurso, não ser exigível a prestação de caução; _____

_____ Os encargos decorrentes da presente prestação de serviços encontram-se previstos nas classificações económicas da despesa, 01.03.09.01 correspondente aos encargos com seguros de acidentes de trabalho, e 02.02.12 correspondente aos encargos decorrentes dos restantes ramos, submetidos a concurso público; _____

_____ Nos termos da cláusula 18ª do Programa de Concurso deve o adjudicatário apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação da adjudicação, os documentos comprovativos, disponibilização de acesso para a sua consulta *on line*. _____

_____ Face ao exposto, deliberou o júri do presente procedimento manter os pressupostos constantes no relatório preliminar, e submeter o presente relatório final ao Órgão competente para a decisão de contratar, a fim de decidir sobre a aprovação da proposta admitida, nos termos do nº 3 do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto - Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro.» _____

_____ A Câmara Municipal apreciou e deliberou, por unanimidade, adjudicar a aquisição de serviços de seguros ao concorrente, SABSEG - Mediação de Seguros, SA, pelo valor de 148.805,39€, tendo por base os fundamentos legais e factuais supra aduzidos. _____

_____ ** _____

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0298/D.A.G. (SOC) _____

Modificação ao Orçamento (Despesa) _____

Modificação ao Plano Plurianual de Investimentos _____

Modificação às Atividades Mais Relevantes _____

MGD n.º 151 de 05/06/2015 _____

_____ Presente proposta n.º 20/2015/G.A.V. emitida em 28/05/2015 pelo senhor vereador em regime de permanência, Carlos Agostinho Costa Monteiro, que se transcreve: —

_____ «Considerando que, _____



————— Nos termos e para os efeitos do disposto no ponto 8.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro (POCAL), o Orçamento Municipal pode ser objeto de revisões e alterações; —————

————— Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais, podem ocorrer modificações orçamentais, para fazer face a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas; —————

————— As alterações orçamentais podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações; —————

————— O orçamento de 2015 foi elaborado de acordo com as regras previsionais e princípios orçamentais constantes no ponto 3.3 do POCAL, numa base duodecimal, não prevendo em algumas rubricas os compromissos assumidos e não pagos de 2014, que transitam para o corrente ano pelo facto de não terem sido executados no ano anterior; —————

————— Propõe-se ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL N.º 13 no montante de 48.553,00 €, nos seguintes termos: —————

1.-Reforço de rubricas do Plano Plurianual de Investimentos (PPI): —————

- Renovação Parque Informático da Autarquia..... 1.000,00€; ———
- Eixo Circular Rio Lena (Fase II)-Entre Avª Descob./Estrada Fátima.....11.520,00€; ———
- Estrada Vale de Ourém a S.Mamede 3.550,00€; ———
- Delegação Competências(despesas capital)-Freg. Batalha..... 1.300,00€; ———
- Delegação de Competências(Despesas Capital)-Freg. S.Mamede..... 320,00€; ———

2.-Reforço de rubricas das Atividades Mais Relevantes (AMR): —————

- Transferência para outras Entidades/Instituições 10.000,00€; ———
- Programa Apoio Conserv./Reparação Habit. Famílias Carenciadas..... 2.000,00€; ———
- Exposição Temporária..... 2.000,00€; ———
- Intercâmbio Juvenil "Batalha-Trujillo" 300,00€; ———
- Outros Eventos Culturais e Recreativos..... 10.000,00€; ———
- Espetáculos Mosteiro Santa Maria Vitória..... 5.000,00€; ———
- Delegação Competências(Desp.Funcionamento)-Freg.Reguengo Fetal.. 225,00€; ———
- Delegação Competências(Desp.Funcionamento)-Freg. Batalha..... 5,00€; ———
- Delegação Competências(Desp.Funcionamento)-Freg. S.Mamede..... 2,50€; ———
- Delegação Competências(Desp.Funcionamento)-Freg. Golpilheira..... ,50€; ———



Handwritten signature

3.-Reforço de rubricas de «Outras despesas correntes» relacionadas com serviços de manutenção e funcionamento da DAG, DME, DOM E DECD, designadamente: _____

- Encargos com a Saúde..... 3.000,00€; _____
- Material de Transporte-Peças.....1.000,00€; _____
- Conservação de Bens..... 2.000,00€; _____
- Seguros..... 200,00€; _____
- Deslocações e Estadas..... 200,00€; _____
- Estudos,Pareceres, Projetos e Consultadoria..... 5.000,00€; _____
- Vigilância e Segurança..... 5.000,00€; _____
- Outros Trabalhos Especializados..... 2.000,00€; _____

_____ Com base no exposto, foram presentes para conhecimento do Executivo, os documentos abaixo designados, registados no SGD sob o n.º 151 em 05/06/2015: _____

_____ Com despacho emitido pelo Senhor Presidente em 28 de maio de 2015 (no uso da competência delegada por Del. n.º 2014/0497/G.A.P., de 29/09/2014, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o estatuído no n.º 1 do artigo 34.º do mesmo diploma legal): _____

_____ Alteração n.º 13/2015 - Orçamento da Despesa, no valor de 48.553,00€ (reforço e anulação). _____

_____ Alteração n.º 12/2015 - Modificação às Atividades Mais Relevantes, no valor 29.533,00€ (reforço). _____

_____ Alteração n.º 12/2015 - Plano Plurianual de Investimentos (PPI), no valor de 17.690,00€ (reforço) e 63.623,00€ (anulação). _____

_____ A Câmara Municipal tomou conhecimento. _____

_____ ** _____

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0299/D.A.G. (SOC) _____

Modificação ao Orçamento (Despesa) _____

Modificação ao Plano Plurianual de Investimentos _____

Modificação às Atividades Mals Relevantes _____

MGD n.º 152 de 05/06/2015 _____

_____ Presente proposta n.º 22/2015/G.A.V. emitida em 04/06/2015 pelo senhor vereador em regime de permanência, Carlos Agostinho Costa Monteiro, que se transcreve: —

_____ «Considerando que, _____



_____ Nos termos e para os efeitos do disposto no ponto 8.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro (POCAL), o Orçamento Municipal pode ser objeto de revisões e alterações;_____

_____ Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais, podem ocorrer modificações orçamentais, para fazer face a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas._____

_____ As alterações orçamentais podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações;_____

_____ O orçamento de 2015 foi elaborado de acordo com as regras previsionais e princípios orçamentais constantes no ponto 3.3 do POCAL, numa base duodecimal, não prevendo em algumas rubricas os compromissos assumidos e não pagos de 2014, que transitam para o corrente ano pelo facto de não terem sido executados no ano anterior;_____

_____ Propõe-se ALTERAÇÃO AO PPI N.º 13 e ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL N.º 15 no montante de 11.520,00€ e 69.300,00 €, respetivamente, nos seguintes termos:_____

1.- Reforço de rubricas do Plano Plurianual de Investimentos (PPI): _____

- Eixo Circular Rio Lena e Parque de Autocarros Apoio Centro Histórico. 11.520,00€. _____

2.- Reforço de rubricas das Atividades Mais Relevantes (AMR): _____

- Transferências Associação Municípios e Comunidade Intermunicipal.. 18.000,00€; _____
- Proteção Civil-Bombeiros Voluntários da Batalha..... 30.000,00€; _____
- Projeto "Horta da Vila" 3.000,00€; _____
- Feira de Artesanato e Gastronomia da Batalha..... 18.000,00€; _____
- Aquisição de Bens não Duradouros para apoio aos Eventos..... 300,00€. _____

_____ Com base no exposto, foram presentes para conhecimento do Executivo, os documentos abaixo designados, registados no SGD sob o n.º 152 em 05/06/2015:_____

_____ Com despacho emitido pelo Senhor Presidente em 04 de junho de 2015 (no uso da competência delegada por Del. n.º 2014/0497/G.A.P., de 29/09/2014, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o estatuído no n.º 1 do artigo 34.º do mesmo diploma legal):_____

_____ Alteração n.º 13/2015 - Plano Plurianual de Investimentos (PPI), no valor de 11.520,00€ (reforço e anulação)._____

_____ Alteração n.º 15/2015 - Orçamento da Despesa, no valor de 69.300,00€ (reforço e anulação)._____



_____ Alteração n.º 14/2015 – Modificação às Atividades Mais Relevantes, no valor 69.300,00€ (reforço)._____

_____ Alteração n.º 14/2015 – Plano Plurianual de Investimentos (PPI), no valor de 69.300,00€ (anulação)._____

_____ A Câmara Municipal tomou conhecimento._____

_____ ** _____

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0300/D.A.G. (SOC)_____

Modificação ao Orçamento (Despesa) _____

Modificação ao Plano Plurianual de Investimentos _____

Modificação às Atividades Mais Relevantes _____

MGD n.º 153 de 05/06/2015_____

_____ Presente proposta n.º 23/2015/G.A.V. emitida em 05/06/2015 pelo senhor vereador em regime de permanência, Carlos Agostinho Costa Monteiro, que se transcreve: —

_____ «Considerando que, _____

_____ Nos termos e para os efeitos do disposto no ponto 8.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro (POCAL), o Orçamento Municipal pode ser objeto de revisões e alterações; _____

_____ Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais, podem ocorrer modificações orçamentais, para fazer face a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas; _____

_____ As alterações orçamentais podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações; _____

_____ O orçamento de 2015 foi elaborado de acordo com as regras previsionais e princípios orçamentais constantes no ponto 3.3 do POCAL, numa base duodecimal, não prevendo em algumas rubricas os compromissos assumidos e não pagos de 2014, que transitam para o corrente ano pelo facto de não terem sido executados no ano anterior; _____

_____ Propõe-se ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL N.º 16 no montante de 15.000,00 €, nos seguintes termos: _____

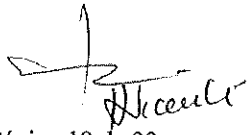
1.- Reforço de rubricas das Atividades Mais Relevantes (AMR): _____

- Transferência para outras Entidades/Instituições..... 15.000,00€» _____

_____ Com base no exposto, foram presentes para conhecimento do Executivo, os documentos abaixo designados, registados no SGD sob o n.º 153 em 05/06/2015: _____



MUNICÍPIO DA BATALHA
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA
(GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA)


Página 19 de 33

_____ Com despacho emitido pelo Senhor Presidente em 05 de junho de 2015 (no uso da competência delegada por Del. n.º 2014/0497/G.A.P., de 29/09/2014, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o estatuído no n.º 1 do artigo 34.º do mesmo diploma legal): _____

_____ Alteração n.º 16/2015 - Orçamento da Despesa, no valor de 15.000,00€ (reforço e anulação). _____

_____ Alteração n.º 15/2015 - Modificação às Atividades Mais Relevantes, no valor 15.000,00€ (reforço). _____

_____ Alteração n.º 15/2015 - Plano Plurianual de Investimentos (PPI), no valor de 15.000,00€ (anulação). _____

_____ A Câmara Municipal tomou conhecimento. _____

_____ ** _____

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0301/D.A.G. (SOC) _____

Revisão Orçamental n.º 02/2015 _____

Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências - Educação _____

Criação de projeto no PPI - FAM _____

MGD n.º 81 de 08/06/2015 _____

_____ Presente proposta n.º 47/2015/G.A.P. emitida em 05/06/2015, pelo senhor presidente da câmara municipal, Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos, que se transcreve:—

_____ «A presente Revisão Orçamental (nº 2/2015) acolhe a componente financeira prevista no **ANEXO V do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no domínio da Educação**, celebrado entre o Ministério da Educação e Ciência (MEC) e o Município da Batalha, aprovado pelos órgãos Executivo e Deliberativo da Câmara Municipal; os valores inerentes ao Protocolo a celebrar entre o Turismo Centro Portugal (TCP) para o apoio ao funcionamento do Posto de Turismo da Batalha, nos termos da deliberação nº 2015/080/GAP, de 25/05/015; e a inclusão do FAM nas GOP's de acordo com as recomendações do SATAPOCAL/DGAL, não obstante ter feito parte integrante do Orçamento para 2015. _____

1. CONTRATO INTERADMINISTARTIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS: _____

Este contrato tem por objetivo a identificação das condições em concreto que asseguram o efetivo exercício das atribuições e competências, agora delegadas, no qual o Município da Batalha assume a transferência de pessoal não docente necessário para assegurar o



Handwritten signature

exercício de atividades objeto de transferência ou contratualização de competências da administração central para a administração local e não relevam para efeitos de aumentos da despesa com pessoal nem para obrigação de redução de número de trabalhadores.——

O Modelo Financeiro constante no Anexo V ao Contrato, traduz-se na transferência de verbas do MEC diretamente para o Município, tendo em vista a gestão e funcionamento do Agrupamento de Escolas da Batalha, para financiamento das despesas de funcionamento e de manutenção e beneficiação de infraestruturas e equipamentos, incorporando as seguintes rubricas da despesa: _____

- **Despesas com pessoal não docente identificado nas listagens do Anexo VI ao Contrato Interadministrativo**, o qual faz parte integrante da presente informação. O pessoal constante na referida listagem, será transferido em regime de mobilidade para o MUNICÍPIO, ao abrigo do artigo 122.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo período de vigência do respetivo contrato;—— _____

- **Despesas de funcionamento do AE**, elencadas no artigo 31º do Contrato Interadministrativo, designadamente: _____

- a) Transferências correntes; _____
- b) Outras transferências correntes; _____
- c) Comparticipação financeira das AEC; _____
- d) Transferências de capital; _____
- e) Gestão e conservação das INFRAESTRUTURAS ESCOLARES; _____
- f) Equipamentos e material didático na educação pré-escolar; _____
- g) Outras parcelas de funcionamento. _____

- **Outras transferências correntes para gestão de componentes de funcionamento de programas de apoio ao Ensino Pré-escolar e 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico**, previstas na cláusula 32.ª, tais como: _____

- a) Componente de Apoio à Família; _____
- b) Refeições 1.º ciclo; _____
- c) Ação Social Escolar; _____
- d) Transportes de crianças e jovens (escolas encerradas do 1.º Ciclo do Ensino Básico); ——
- e) Alargamento da Rede do Pré-Escolar (ARP); _____
- f) Encargos com empresas de limpeza; _____
- g) Outras transferências. _____



MUNICÍPIO DA BATALHA
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA
 (GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA)

Handwritten signature

Página 21 de 33

- Outras transferências de capital para aquisição de equipamentos de apoio escolar e gestão e conservação de infraestruturas escolares, de acordo com as regras implícitas nas cláusulas 34ª e 35ª, ambas do Contrato. _____

O valor constante no ANEXO V, aparece na Revisão Orçamental sob a forma duodecimal, prevendo-se este ano as receitas e despesas a afetar à gestão do contrato a partir do início do mês de setembro de 2015, cujos valores estão apurados no quadro abaixo. _____

_____ **Q.1. Orçamento Contrato Interadministrativo (duodécimos 2015)** _____

| RÚBRICAS DE FINANCIAMENTO | Dotação Anual | Duodécimos da Dotação 2015 |
|---|----------------------|-----------------------------------|
| Pessoal (Cláusula 29.ª) | 863 789,00 | 271 023,36 |
| Funcionamento dos AE/E (Cláusula 30.ª e seguintes) | | |
| Transferências Correntes (Cláusula 31.ª) | 136 140,00 | 45 380,00 |
| Outras Transferências Correntes (Cláusula 32.ª) | | |
| Componente de Apoio à Família (alínea a da cláusula 32ª) | 119 815,00 | 39 938,33 |
| Refeições 1º Ciclo | 43 891,00 | 14 630,33 |
| Transportes de crianças e jovens (escolas encerradas) | 0,00 | 0,00 |
| Alargamento da Rede do Pré-Escolar (ARPS) | 0,00 | 0,00 |
| ASE (2º, 3º Ciclo e Secundário) | 53 402,00 | 17 800,67 |
| Encargos com empresas de limpeza | 0,00 | 0,00 |
| AEC no 1.º Ciclo do ensino básico (Cláusula 33.ª) | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de capital (Cláusula 34.ª) | 4 254,00 | 1 418,00 |
| Gestão e conservação das INFRAESTRUTURAS ESCOLARES (Cláusula 35.ª) | 0,00 | 0,00 |
| Gestão da Rede Escolar | 40 000,00 | 13 333,33 |
| Valor médio da conservação da Rede Escolar nos últimos 4 anos (Cláusula 35.ª) | 14 956,00 | 4 985,33 |
| Equipamentos e material didático na educação pré-escolar (Cláusula 36.ª) | 0,00 | 0,00 |
| Outras parcelas da componente funcionamento (Cláusula 37.ª) | 39 181,00 | 13 060,33 |
| | 1 315 428,00 | 421 569,69 |
| ORÇAMENTO MUNICIPAL | Receita C | 401 833,02 |
| | Receita K | 19 736,67 |

2. PROTOCOLO PARA FUNCIONAMENTO DO POSTO DE TURISMO DA BATALHA: _____

Pretende-se integrar os duodécimos das verbas previstas no Protocolo a outorgar entre o Turismo Centro Portugal (TCP) e o Município da Batalha, nos termos da deliberação nº 2015/0280/GAP, de 25 de maio, e acolher a colaboradora daquela Entidade, em regime de cedência no mapa de pessoal da autarquia, a partir de setembro, de acordo com seguintes pressupostos: - _____

- Assistente técnica, Posição 2ª, nível 7, com remuneração base de 789,54 €. _____



3. CRIAÇÃO DE PROJETO NO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - FAM: _____

A Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal (FAM)._____

Nos termos do n.º 4 do artigo 17º da Lei n.º 53/2014 de 25 de agosto e conforme comunicação da DGAL n.º S-001615-2014 de 26 de setembro de 2014, a contribuição para o FAM do Município é de **499.588,84€**._____

Comunicava ainda a DGAL que de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 19º a realização deste montante será efetuado em 7 anos, pelo que nos orçamentos de 2015 a 2021 deverá prever uma despesa com ativos financeiros de 71.370,00€._____

Em março de 2015, o SATAPOCAL emite uma nota explicativa da contabilização da contribuição dos Municípios para o capital do FAM, em que:_____

- No Plano Plurianual de Investimentos (PPI) do ano de 2015, inscrição de um projeto/ação relativo à subscrição/realização das unidades de participação, devendo constar, nomeadamente, da coluna designada de “ Despesas - Financiamento definido “, o valor a pagar relativo às unidades de participação a realizar nesse exercício e, nas diversas colunas “ Despesas – Anos seguintes “, o montante correspondente dos anos posteriores, discriminado no que respeita aos anos de 2016, 2017 e 2018 e agregado quando aos restantes anos (2019 a 2021). _____

_____ Nos PPI dos anos subsequentes (até 2021) deverá ser adotado um procedimento idêntico, ajustado apenas face ao evoluir dos anos e do valor subscrito e ainda não — realizado. _____

- Ao nível do orçamento de 2015, os municípios terão de prever uma despesa com ativos financeiros, correspondente ao valor do capital do FAM a realizar nesse exercício, utilizando para o efeito a rubrica da classificação económica **09.08.02 - Unidades de participação/Soc. e quase sociedades não financeiras/Públicas**. Nos orçamentos dos anos subsequentes (até 2021) deverá ser adotado um procedimento idêntico. _____

- Quanto aos registos a efetuar em termos de contabilidade orçamental, deverá, ainda, ser inscrito, na indicada rubrica orçamental, das contas 04 e 05 (compromissos de exercícios futuros), relativamente aos exercícios n+1 a n+3 (2016 a 2018), o valor a realizar em cada um desses anos de forma discriminada, e de forma agregada, em n+4 e seguintes, o montante correspondente aos anos de 2019 a 2021. _____



Alcides

Assim, face aos entendimentos da DGAL, existe a necessidade de proceder à transferência do valor inscrito na rubrica orçamental 09.09.06 – Outros Ativos Financeiros - Administração Pública – Administração Central – Serviços e Fundos Autónomos, para a rubrica **09.08.02 - Unidades de participação – Sociedades e quase sociedades não financeiras – Públicas** e consequentemente a inscrição do projeto no PPI (4 410 2015/... - *Subscrição / Realização das unidades de participação do FAM*).

4. OPERACIONALIZAÇÃO DA REVISÃO ORÇAMENTAL:

Com base nos pressupostos enunciados anteriormente e nos termos do ponto 8.3.1 do POCAL, o aumento global da despesa ou da receita dá sempre lugar a uma revisão orçamental. —

Assim, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **tenho a honra de propor que o Executivo aprecie e delibere aprovar a REVISÃO ORÇAMENTAL N.º 2**, para integração dos valores da receita e despesa relativos ao contrato interadministrativo de delegação de competências na área da educação, nos seguintes termos e conforme mapas (**ANEXO I**), submetendo o assunto a apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 25º, ambos do citado diploma legal: —

a)-Orçamento da Recelta: —

Reforço : Integração do valor do contrato (ano 2015) = 426.144,74 € —

Anulação : Contratos DREC (contratualização anterior) = 54.568,00 € —

b)-Orçamento da Despesa: —

Reforço - Despesas correntes = 351.840,74 € —

Reforço - Despesas de Capital = 91.106,00 € —

Anulação - Despesa de Capital = 71.370,00 —

Reforço - Projeto PPI - FAM = Ano 2015 = 71.370,00€; Ano 2016 = 71.370,00€; —

Ano 2017= 71.370€; Ano 2018= 73.370€; Outros=214.108,84€ —

Reforço - Projeto PPI - Contrato Interadministrativo = ano 2015 = 19.736,00€; ano 2016 = 39.474,00€ —

Reforço - Projeto AMR's - Contrato Interadministrativo = ano 2015 = 67.181,00€; ano 2016 = 134.362,00€.» —



—————A Câmara Municipal apreciou e, tendo por base os fundamentos supra aduzidos, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de Revisão Orçamental n.º 2/2015, remetendo os documentos a apreciação e votação da Assembleia Municipal nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12/09.-

————— ** —————

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0302/D.A.G. (SOC) / (SPARH) —————

Revisão ao Mapa de Pessoal para 2015 —————

MGD n.º 87 de 08/06/2015 —————

————— Presente proposta n.º 48/2015/G.A.P. emitida em 05/06/2015, pelo senhor presidente da câmara municipal, Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos, que se transcreve:—

————— «A presente Revisão do Mapa de Pessoal e respetiva orçamentação (n.º 1/2015), resulta da necessidade de integrar o pessoal não docente a transferir do Agrupamento de Escolas da Batalha (AE) na Câmara Municipal da Batalha, no âmbito do **Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no domínio da Educação**, celebrado entre o Ministério da Educação e Ciência (MEC) e o Município da Batalha, aprovado pelos órgãos Executivo e Deliberativo; assim como a integração de uma assistente administrativa, em regime de cedência, do Turismo Centro Portugal (TCP) para o apoio ao funcionamento do Posto de Turismo da Batalha, nos termos da deliberação n.º 2015/0080/GAP, de 25/05/015. —————

1. CEDÊNCIA DE PESSOAL - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO, CELEBRADO COM MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA: —————

Este contrato tem por objetivo a identificação das condições em concreto que asseguram o efetivo exercício das atribuições e competências, agora delegadas, no qual o **Município da Batalha assume a transferência de pessoal não docente** necessário para assegurar o exercício de atividades objeto de transferência ou contratualização de competências da administração central para a administração local e não relevam para efeitos de aumentos da despesa com pessoal nem para obrigação de redução de número de trabalhadores. —————

A presente Revisão integra o *pessoal não docente do Agrupamento de Escolas da Batalha*, constante na listagem do Anexo VI ao CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO MUNICIPAL, a ser transferido em regime de



mobllidade para o MUNICÍPIO, ao abrigo do artigo 122.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo período de vigência do respetivo contrato, com exceção dos 6 trabalhadores que já estão integrados no Grupo Autárquico Consolidado composto pela Autarquia e empresa municipal ISERBATALHA, os quais fazem parte integrante da mesma relação de pessoal._____

A base orçamental foi integrada em regime duodecimal, de acordo com os valores constantes na referida listagem do Anexo VI ao Contrato, prevendo-se a integração do pessoal a partir de 01 de setembro de 2015, designadamente: _____

- 1 Técnico Superior (psicólogo); _____
- 1 Coordenadora Técnica; _____
- 15 Assistentes Técnicos; _____
- 1 Encarregada Operacional; _____
- 48 Assistentes Operacionais. _____

Nos termos da cláusula 19ª do Contrato, o pessoal não docente identificado no Anexo VI é transferido em mobilidade para o MUNICÍPIO que assume a competência da respetiva gestão, sem prejuízo do disposto no regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, na sua redação atual. O Município passa a exercer as competências de recrutamento, afetação, colocação, remuneração, homologação da avaliação de desempenho e poder disciplinar de aplicação de pena superior a multa e decisão de recursos hierárquicos, relativamente ao pessoal a transferir. _____

Contudo, este pessoal mantém o direito ao vínculo, à carreira, à categoria, e níveis remuneratórios detidos à data da entrada em vigor do presente Contrato, bem como ao regime de mobilidade para quaisquer serviços ou organismos da administração central ou local e ao regime de requalificação de trabalhadores em funções públicas, prevista na Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro. A orçamentação teve em conta estes pressupostos. _____

Para efeitos do nº 6 da cláusula 19ª, não foi enquadrado o pessoal não docente que no momento da entrada em vigor do Contrato (01 de setembro de 2015) se encontre em regime de mobilidade. Até ao final do ano escolar 2014/2015, tem de consolidar a mobilidade ou regressar ao respetivo local de origem, podendo vir a refletir-se no Mapa de Pessoal do próximo ano. _____



MUNICÍPIO DA BATALHA
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA
(GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA)

[Handwritten signature]
Dinici

Página 26 de 33

Os custos com pessoal a acrescer no orçamento de 2015 resultam no valor global de **271.023,36 €.**

2. PROTOCOLO PARA FUNCIONAMENTO DO POSTO DE TURISMO DA BATALHA:

Pretende-se integrar os duodécimos das verbas previstas no Protocolo a outorgar entre o Turismo Centro Portugal (TCP) e o Município da Batalha, nos termos da deliberação nº 2015/0280/GAP, de 25 de maio, acolhendo uma colaboradora daquela Entidade, em regime de cedência, no mapa de pessoal da autarquia, a partir de 01 de setembro, de acordo com seguintes pressupostos:

- Assistente técnica, Posição 2ª, nível 7, com remuneração base de 789,54 €.

Os custos com pessoal a acrescer no orçamento de 2015 resultam no valor global de **4.575€.**

Os valores acima referenciados, consolidam-se no Orçamento do Município, materializando-se no MAPA DE PESSOAL para 2015, fazendo parte integrante do presente documento.

Mapa 1 | Orçamento dos Custos com Pessoal (revisão)

| Classificação | Designação | Dotações atuais | Reforços | Valor Total_ 2015 |
|---------------|---|-----------------|------------|-------------------|
| 01 | Câmara Municipal | | | |
| 01 01 | Despesas com o pessoal | | | |
| 01 0101 | Remunerações certas e permanentes | | | |
| 01 010104 | Pessoal dos quadros-Regime de Contrato Indiv. de Trabalho | | | |
| 01 01010401 | Pessoal em funções | 840 134,90 | 3 158,00 | 843 292,90 |
| 01 01010490 | Pessoal em funções – Cedência MEC /AE (Educação) | | 183 816,00 | 183 816,00 |
| 01 010113 | Subsídio de refeição | | | |
| 01 01011301 | Pessoal dos quadros-Regime de Contrato Indiv. de Trabalho | 93 442,00 | 341,00 | 93 783,00 |
| 01 01011305 | Pessoal em funções – Cedência MEC /AE (Educação) | | 24 596,00 | 24 596,00 |
| 01 010114 | Subsídio de férias e de Natal | | | 0,00 |
| 01 01011401 | Pessoal dos quadros-Regime de Contrato Indiv. de Trabalho | 140 022,00 | 263,18 | 140 285,18 |
| 01 01011405 | Pessoal em funções – Cedência MEC /AE (Educação) | | 15 318,00 | 15 318,00 |
| 01 010305 | Contribuições para a segurança social | | | 0,00 |
| 01 01030502 | Segurança social dos funcionários públicos | | | 0,00 |
| 01 0103050201 | Caixa Geral de Aposentações | 220 591,00 | 48 107,56 | 268 698,56 |
| TOTAL | | 1 294 189,90 | 275 599,74 | 1 569 789,64 |

Com base no exposto, tenho a honra de propor, ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – LGTFP), conjugado com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do

artigo 33.º e alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que o Executivo aprecie e delibere: _____

a)-Aprovar a proposta d alteração ao mapa de pessoal, submetendo o documento a apreciação e votação da Assembleia Municipal, tendo por base os fundamentos supra aduzidos; _____

b)-A posterior publicitação do Mapa de Pessoal para 2015 (Revisto) através de afixação em local adequado e de publicação no sítio da internet desta Autarquia, para conhecimento público.» _____

_____A Câmara Municipal apreciou e deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de revisão do mapa de pessoal para 2015, e remeter o documento a apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos supra aduzidos. _____

* *

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0303/G.A.P. _____

Comissão de Acompanhamento – celebração de Protocolo entre a Câmara Municipal da Batalha e a concessionária Águas do Lena, S.A.. _____

MGD n.º 82 de 08/06/2015 _____

_____ Para apreciação do Executivo, foi presente a minuta do protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal da Batalha e a concessionária Aguas do Lena, S.A., que tem como objeto criar e regulamentar a Comissão de Acompanhamento prevista no Decreto-Lei n.º 194/09, de 20 de agosto, e que aqui se dá por integralmente reproduzida (documento registado no MGD sob o n.º 82 em 08/06/2015). _____

_____A Câmara Municipal apreciou e deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do protocolo supra identificado, e mandar o senhor presidente da câmara, Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos, ou o senhor vice-presidente, Carlos Alberto Oliveira Henriques, para outorgar o predito documento. _____

* *

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0304/D.A.G. (SOC) _____

Assunção dos Compromissos Plurianuais _____

MGD n.º 83 de 08/06/2015 _____

_____ Presente proposta n.º 24/2015/G.A.V. emitida em 08/06/2015 pelo senhor vereador em regime de permanência, Carlos Agostinho Costa Monteiro, que se transcreve: —

_____ «Considerando que, nos termos do estatuído na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, compete à Assembleia Municipal conceder autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimentos ou a sua reprogramação de acordo com o Plano Plurianual de Investimentos; _____

_____ Considerando que, de acordo com o disposto no artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 02 de junho, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano; _____

_____ Considerando a proposta de revisão orçamental n.º 2/2015 submetida a apreciação do executivo na reunião de 08/06/2015, que prevê a inclusão do projeto – FAM (Fundo de Apoio Municipal) nas Grandes Opções de Planos (GOP's) assim como o aumento de receita e despesa inerentes ao contrato interadministrativo de delegação de competências na área da educação, _____

_____ **PROPONHO:** _____

_____ A autorização prévia da Assembleia Municipal, sob proposta do Executivo, a aprovação da assunção dos compromissos plurianuais referentes à revisão orçamental n.º 02/2015, nos termos e para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua redação atual, conjugado com o disposto no artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, na sua redação atual, conforme documentos remetidos em anexo.» _____

_____ A Câmara Municipal apreciou e, concordando com a proposta apresentada, deliberou, por unanimidade, submeter a autorização prévia da Assembleia Municipal a assunção dos compromissos plurianuais referentes à revisão orçamental n.º 02/2015, nos termos e para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua redação atual, conjugado com o disposto no artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, na sua redação atual. _____

* *

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0305/D.A.G. (SOC) _____

33.º Festival Música em Leiria _____

MGD n.º 150 de 22/05/2015

Presente informação n.º 150/2015 emitida em 22/05/2015 pelo Chefe de Divisão da D.E.C.D., que se transcreve:

«Por proposta do Orfeão de Leiria e na sequência da realização do 33º Festival Música em Leiria, foi proposto ao Município da Batalha a realização dois espetáculos, nomeadamente um concerto - Gala Lírica com a Orquestra Filarmonia das Beiras, acompanhada por Carlos Guilherme e Isabel Alcobia, a decorrer no dia 13 de junho, sábado, na Igreja do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, num espetáculo que se perspetiva de grande interesse e valia cultural. A ocupação do espaço já foi concertada com o Pároco da Batalha, José Gonçalves. No dia 16 de junho dinamiza-se o segundo concerto a receber no âmbito do festival em epígrafe, que decorrerá nas Capelas Imperfeitas, com a Camerata de Sopros.

Para o efeito, o Orfeão de Leiria solicita o pagamento de € 6.000,00, tendo por base a necessidade de proceder ao cumprimento das despesas para com a Orquestra e demais músicos. Há ainda a necessidade de proceder ao aluguer de equipamento de som para o concerto do dia 13 de junho, no valor de € 1.150,00 + IVA, com refeições e alojamento para os elementos da empresa responsável pela sonorização do evento, bem como assegurar as despesas com a impressão da bilhética do concerto, estimada em € 600,00 + IVA. Regista-se ainda a necessidade de disponibilizar a venda de ingressos *on line* na Ticketline, estimando-se um custo de € 140,00 para a venda de um total de 300 bilhetes.

Ainda no concerto a integrar a Gala Lírica será necessário encetar procedimento com o aluguer de gerador que se prevê num custo de € 850,00 + IVA e com a licença para Direitos de Autor à SPA definindo-se o valor de € 500,00.

Por último, solicita o Orfeão de Leiria o pagamento de uma refeição, jantar, para todos os músicos e técnicos envolvidos nos espetáculos referidos, estimando-se em 55 o número de intervenientes. Solicita ainda esta entidade que o Município da Batalha faculte alguns bilhetes para o protocolo do Orfeão de Leiria.

Registe-se ainda que a concretização da referida atividade pressupõe a realização de trabalho extraordinário de dois elementos afetos à Divisão da Educação, Cultura e Desporto, por um período de 5 horas.»

_____ Por despacho proferido em 29/05/2015 pelo senhor presidente da câmara municipal, Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos, foi aprovada a realização do evento nos termos propostos, autorizando ainda a abertura dos respetivos procedimentos. _____

_____ A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, mandar o senhor presidente da câmara, Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos, ou o senhor vice-presidente, Carlos Alberto Oliveira Henriques, para outorgar o protocolo a celebrar entre o Município da Batalha e o Orfeão de Leiria, no âmbito do apoio concedido para a realização do referido concerto, no valor de 6.000,00€. Esta despesa foi cabimentada pela R.E. n.º 281 em 05/06/2015, com o número sequencial de compromisso 9603. _____

* *

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0306/D.M.E. _____

Aquisição de uma viatura pesada de passageiros com a lotação de 55 lugares + motorista + tripulante _____

Procedimento por Concurso Público _____

Proc. ref.ª 011/DME/015 _____

MGD n.º 124 de 08/06/2015 _____

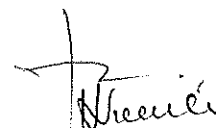
_____ Presente informação n.º 35/MG/2015 emitida em 06/05/2015 pelo Chefe de Divisão da D.M.E. a informar que, dando cumprimento ao n.º 1 do artigo 148º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, foi concedida a audiência prévia ao concorrente do procedimento por concurso público para aquisição de uma viatura pesada de passageiros com a lotação de 55 lugares + motorista + tripulante, referente ao Processo Refª 011/DME/015, através da comunicação publicitada na plataforma www.compraspublicas.com a 2015.04.24. _____

_____ Decorrido o prazo estipulado no n.º 1 do artigo 123º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, não foi apresentada qualquer reclamação. _____

_____ Do exposto, o júri delibera que o presente procedimento poderá ser adjudicado à empresa concorrente Scania Portugal, S.A, pelo valor total de 191.000,00 € (Cento e Noventa e Um Mil Euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo por base os fundamentos que constam do relatório preliminar elaborado por este júri a 2015.04.23. _____

_____ Nos termos do n.º 17.1 do Programa de Concurso e n.º 2 do artigo 88º do CCP não há lugar à prestação da Caução. _____





_____ Conforme previsto no artigo 127º do CCP a eficácia do contrato depende da sua publicitação pela Câmara Municipal da Batalha no portal da internet (www.base.gov.pt). -

_____ Nos termos do artigo 95º do CCP há lugar à redução do contrato a escrito. _____

_____ A Câmara Municipal apreciou e deliberou, por unanimidade, adjudicar a aquisição de uma viatura pesada de passageiros com a lotação de 55 lugares + motorista + tripulante à sociedade Scania Portugal, S.A, pelo valor total de 191.000,00 € (Cento e Noventa e Um Mil Euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo por base os fundamentos e o estatuído nas disposições legais acima citadas, devendo ser efetuado o respetivo contrato. _____

_____ ** _____

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0307/D.O.T. (SAA) _____

REQ: Joana Marília Gomes Almeida Ribeiro _____

Obras de edificação - Construção de habitação unifamiliar / muros _____

P.O. n.º 01/2015/20 _____

_____ Presente o processo mencionado em epígrafe, onde é requerente Joana Marília Gomes Almeida Ribeiro, residente na Praceta José Ramos Ribeiro, n.º 40 - 1.º Direito, em Jardoeira, 2440-372 Batalha, referente a obras de edificação - construção de habitação unifamiliar e muros, sitos na Estrada da Fonte dos Cavalhais, n.º 3, em Arneiro, Batalha, tendo sido aprovado o projeto de especialidades por despacho emitido em 28/04/2015, condicionado a que *«na acessibilidade à parcela deverá prever o escoamento das águas pluviais de forma a assegurar a segurança da estrada/arruamento e a ausência integral de escorrimentos para as vias. A drenagem pluvial da edificação deverá ser garantida para o logradouro não impermeabilizado»*. _____

_____ Presente Informação dos Serviços Técnicos da D.O.T. a informar que o valor das taxas é de 1.110,61€, tendo sido solicitado pela Requerente a isenção do pagamento das mesmas, pedido este que tem enquadramento no n.º 4 do artigo 20.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais. Conforme o disposto no n.º 10 do artigo 20.º do citado Regulamento, as isenções e reduções das taxas são concedidas por deliberação da Câmara Municipal. _____

_____ A Câmara Municipal apreciou e deliberou, por unanimidade, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 20.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, isentar a Requerente do pagamento das taxas devidas, à exceção da TMRI, no valor de



[Handwritten signature]

216,37€. Mais deliberou, por unanimidade, notificar a Requerente que deverá cumprir com o condicionalismo respeitante ao escoamento das águas pluviais e respetiva drenagem, conforme consta do despacho exarado pelo senhor vice-presidente da câmara municipal em 28/04/2015 e informado por ofício n.º DOT-646 de 20/05/2015. _____

__ ** __

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0308/D.O.M. (SOAA) _____

Aprovação do Estudo Prévio relativo à ampliação dos espaços funcionais do edifício dos Paços do Concelho _____

Proc. n.º 06/DOM/015 _____

MGD n.º 1781 de 29/05/2015 _____

_____ Para apreciação do Executivo, foi presente o estudo prévio relativo à ampliação dos espaços funcionais do edifício dos Paços do Concelho, realizado no âmbito do contrato de fornecimento n.º 10/2015, celebrado em 20/05/2015 entre o Município da Batalha e a sociedade Vão - Arquitetos Associados, Lda., sob o qual recaiu despacho proferido em 08/06/2015 pelo senhor presidente da câmara municipal referindo que *«Nos termos do apreciado e deliberado em sede do Executivo e face a urgência de dar cumprimento ao protocolo subscrito pelo Município para instalação da Loja do Cidadão, aprovo o estudo prévio em anexo relativo à ampliação dos espaços funcionais do edifício dos Paços do Concelho. Proceda-se em conformidade e remeta-se a ratificação do Executivo as alterações realizadas às peças desenhadas.»* _____

_____ A Câmara Municipal apreciou e deliberou, por unanimidade, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar o despacho proferido em 08/06/2015 pelo senhor presidente da câmara municipal, Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos, atento aos fundamentos supra aduzidos. _____

__ ** __

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0309/G.A.P. _____

Protocolo de Cooperação e Troca de Boas Práticas, Celebrado entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL) e a Associação de Municípios do Fogo e Brava (Cabo Verde) _____

MGD n.º 3803 de 08/06/2015 _____

_____ Para ratificação do Executivo Municipal, foi presente o protocolo de Cooperação e Troca de Boas Práticas, celebrado entre a Comunidade Intermunicipal da



MUNICÍPIO DA BATALHA
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA
(GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA)

Página 33 de 33

Região de Leiria (CIMRL e a Associação de Municípios do Fogo e Brava (Cabo Verde), subscrito no âmbito da missão humanitária promovida pela CIMRL e a Ilha do Fogo, em Cabo Verde, no passado dia vinte e seis de maio de 2015, na sede do Município de São Vicente, Ilha do Fogo, Cabo Verde. (documento que aqui se dá por integralmente reproduzido e registado sob o MGD n.º 3803 de 08/06/2015.) _____

_____ A Câmara Municipal apreciou e deliberou, por unanimidade, ratificar os termos do protocolo subscrito pelo Senhor Presidente, Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos, no Município de São Vicente em 26/05/2015, dada a urgência na tomada de decisão no exterior do país, em virtude da impossibilidade de reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. _____

_____*_*_____

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0310/G.A.P. _____

Aprovação da Ata em Minuta _____

_____ A Câmara Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta, para que as deliberações tomadas possam ter execução imediata. _____

_____*_*_____

ENCERRAMENTO _____

_____ E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, eram dezassete horas e dez minutos, mandando que, de tudo para constar, se lavrasse a presente ata que eu, Helena Maria Paula Vicente, Secretária do Gabinete de Apoio à Presidência, nomeada para o efeito, redigi e subscrevo. _____

_____ Batalha, 08-06-2015 _____

O Presidente da Câmara,

A Secretária do G.A.P.

